

# "Centrão" não quer alterar reforma agrária nem mandato

Franklin Martins

BRASÍLIA — O Centrão não apresentará emendas sobre reforma agrária, sistema de governo e mandato do presidente José Sarney, e não pretende tocar em quatro dos nove títulos do projeto de Constituição aprovado na Comissão de Sistematização. "Vamos apresentar de 15 a 20 emendas apenas, algumas referentes a capítulos inteiros", disse o deputado José Lins (PFL-CE), coordenador da comissão do Centrão encarregada de elaborar as emendas do grupo.

Ressaltando que o trabalho ainda não foi concluído, podendo ser modificado, José Lins — que durante os últimos dias recebeu mais de 300 sugestões para transformar em emendas — definiu que o grupo tem três objetivos com suas propostas: diminuir a carga de tributos e encargos sociais sobre a iniciativa privada, impulsionar a desestatização, e fixar regras mais flexíveis para os investimentos externos.

**Definição** — Segundo José Lins, provavelmente não serão feitas quaisquer propostas de mudanças nos títulos I (Princípios Fundamentais), IV (Organização dos Poderes e Sistema de Governo), V (Defesa dos Estados e das Instituições Democráticas) e VI (Tributação e Orçamento). No título II (Organização do Estado), a intenção é mudar pouca coisa. "Quere-

mos apenas definir um pouco melhor os bens e atribuições da União, dos Estados e dos municípios", esclareceu.

Os pontos mais importantes que o Centrão pretende mudar estão no capítulo dos Direitos Sociais, como a proibição da demissão imotivada, o pagamento da hora extra em dobro, a licença de 120 dias para a mulher gestante, a imprescritibilidade das ações trabalhistas e a proibição da intermediação na contratação de mão-de-obra. Na Ordem Econômica, a tendência do Centrão, de acordo com José Lins, é apresentar uma emenda substitutiva ao capítulo dos Princípios Gerais, Intervenção do Estado, e Regime de Propriedade do Subsolo nacional e a nacionalização da distribuição de combustíveis da exploração mineral. Poucas mudanças serão propostas no capítulo de Política Urbana. "Serão emendas só para enxugar o texto, mantendo a desapropriação por interesse social e o usucapão". José Lins está satisfeito com o capítulo da Reforma Agrária: "Ficou tudo facilitado pelo acordo havido na Sistematização".

Na Ordem Social, alguns capítulos provavelmente receberão emendas substantivas. Estão nesse caso os da Seguridade Social, Saúde e Educação. "O texto da Sistematização praticamente impede a atividade privada na área da Saúde e da Educação. Nossa tendência é procurar compatibilizar a ação das redes públicas e privadas", disse.

## Grupo define alvos prioritários

Estes são os principais pontos que o Centrão quer mudar no projeto de Constituição:

- \* **Estabilidade** — substituir a proibição de demissão imotivada por indenizações progressivas, como pretendia a emenda popular patrocinada pelos empresários gaúchos, derrotada na Sistematização.
- \* **Hora-extra** — derrubar o pagamento em dobro e remeter a questão para a legislação ordinária, salvo nos casos em que houver convenção coletiva sobre o assunto.
- \* **Licença-gestante** — manter a legislação atual, que fixa o período de licença em 86 dias. A Sistematização estendeu para 120 dias.
- \* **Semana de trabalho** — o grupo aceita a semana de 44 horas, mas como média anual. Ou seja, um trabalhador pode trabalhar 48 horas numa semana e 40 em outra. O que importa é a média.

\* **Greve** — o tema ainda é controverso no grupo. A única coisa certa é que serão propostas algumas restrições ao direito de greve.

\* **Empresa nacional** — também ainda não há uma definição precisa.

\* **Intermediação de mão-de-obra** — remeter para a lei ordinária, derrubando a proibição aprovada na Sistematização.

\* **Serviços público** — O Centrão acha que o projeto de Sistematização complica a ação da empresa privada nesse setor.

\* **Seguridade social** — para o grupo é necessário reduzir os benefícios aprovados na Sistematização.

\* **Saúde e educação** — nas duas áreas, o objetivo do Centrão é abrir espaço para a iniciativa privada.

\* **Mineração** — derrubar a proibição de empresas estrangeiras operarem na pesquisa a lavra de minérios.

## Prazo pode atrapalhar candidatos

Que se preparem os candidatos às próximas eleições: a futura Constituição, prevista para dezembro, só ficará pronta em março, e, assim mesmo, se houver acordo, segundo o cálculo mais otimista de técnicos e lideranças da Constituinte. É justamente esse o argumento que defensores de cinco anos de mandato para Sarney e eleições gerais em 1989 pretendem usar: segundo eles, não haverá tempo de renovar todos os diretórios, realizar convenções para escolha de candidatos, votar toda a legislação ordinária e, ao mesmo tempo, preparar campanha.

Só no Congresso Nacional estão de olho nas urnas 200 candidatos a Prefeito, de acordo com as contas do deputado João Herrmann (PMDB-SP), ele próprio candidato em potencial à Prefeitura de Sorocaba (SP).

Se a mudança do regimento interno da Constituinte for votada e aprovada na próxima quarta-feira, deputados e senadores terão três dias para apresentar emendas (dias 3, 4 e 5). A

partir daí, o relator Bernardo Cabral ficará com o projeto até o dia 10 para relatar todas as emendas. Somam-se mais um dia para publicação e três para apresentação dos pedidos de destaque.

O projeto estaria pronto para votação no plenário só deverá começar mesmo no dia 5 de janeiro. E é nesse ponto que as contas matemáticas começam a assustar. São 334 artigos, mais as emendas e destaques. Sem acordo, se cada deputado resolver usar o número de destaques a que tem direito pelo regimento (seis, para cada), a Constituinte bateria o recorde de 3 mil 353 votações, somente dos destaques, fora as votações de preferência, confusões e brigas no plenário. Isso equivale a 170 sessões de cinco horas cada. Mesmo que se realizem duas sessões por dia, os constituintes levariam dois meses e meio somente para votar os destaques. Depois de todo esse trabalho, o projeto voltaria para o plenário para um segundo turno de votação, que, mesmo com acordo, levará até 50 dias.

## Fernando César defende na Sudene política de Sarney

BRASÍLIA — Demonstrando que não perdeu ainda o hábito de porta-voz do presidente Sarney, o governador de Fernando de Noronha, Fernando César Mesquita, fez a defesa do governo na reunião do Conselho Deliberativo da Sudene, em Recife, contra a "pequena política, mesquinha e fisiológica", em discurso de 11 páginas distribuído simultaneamente na Presidência da República.



Fernando César

O discurso foi visto por Sarney na quarta-feira, durante almoço no Palácio da Alvorada, quando Mesquita decidiu introduzir no texto algumas queixas do presidente para explicar o incidente da véspera, em Belém, onde foi alvo de manifestações de hostilidades. "Os que o atacam, por ignorância ou má fé, esquecem deliberadamente as vitórias obtidas, em apenas dois anos e meio, no campo político-institucional", discursou o ex-porta-voz.

**Cargos** — Num outro recado de Sarney aos governadores que não aprovaram a escolha do novo superintendente da Sudene, Paulo

Souto, Fernando César disse que, diante da tarefa de resgatar o Nordeste da pobreza, "são irrisórias e mesquinhas as disputas por cargos, as lutas sem grandeza comandadas por interesses de grupos, pessoas ou mesmo partidos. O presidente Sarney tem razões de sobra para se dedicar, a partir de agora, às questões administrativas do país, sem se preocupar com interesses estreitos".

As mudanças políticas sem que houvesse ruptura institucional são atribuídas pelo governador de Fernando de Noronha à "sabedoria política, habilidade, postura de estadista, tolerância e a capacidade de conciliar do presidente Sarney". Ele lembrou que uma demonstração de respeito do presidente Sarney às instituições foi a de "aceitar com tranquilidade e sem ressentimentos, a deliberação da Comissão de Sistematização com respeito a seu mandato. A decisão foi contrária ao seu pensamento, mas o presidente sempre exerceu suas atividades políticas dentro de uma orientação democrática que o faz receber com a mesma serenidade tanto a vitória quanto a derrota de suas opiniões".

Segundo a ex-porta-voz, "o presidente considera cumpridas suas tarefas essenciais no campo político", mas isto não significa de modo algum que "cruzar os braços diante das discussões e decisões envolvendo questões do mais alto interesse nacional".

## Fernando Henrique defende concepção social-democrata

O senador Fernando Henrique Cardoso encerrou o seminário A Social Democracia, patrocinado pelo governo do Estado, fazendo um veemente apelo para que seu partido, o PMDB, efetue uma "virada" em direção a princípios social-democratas.

"Existem condições efetivas para a implantação de uma política desse tipo no Brasil, mas isto implica numa decisão nesse sentido, além de mudanças ideológicas e de posição. Se o PMDB não entender isto, não compreenderá o momento histórico, e af perde o bloude", disse Fernando Henrique, e bastante aplaudido no auditório da Caixa Econômica Federal.

"Em se tratando de social-democracia, hoje eu colocaria a ênfase sobretudo no social" disse o orador. "Há uns cinco anos eu não faria essa afirmação. Em há uns cinco anos vivíamos uma situação de ditadura. Mas hoje, efetivamente, precisamos de uma verdadeira política social, pois a massa, o povo, não se sensibiliza mais com problemas de social-democracia".

Fernando Henrique abriu forte crítica aos setores de esquerda dentro e fora de seu partido.

No seu longo, extremamente bem estruturado discurso sobre as dificuldades de implantação de uma política social, o líder do PMDB no Senado afirmou que as esquerdas brasileiras não são capazes de perceber uma diferença fundamental entre social-democracia e populismo:

"O populismo só pensa em distribuir, mas o social-democrata está preocupado também com a formação de riquezas e, dentro desse processo, em sua distribuição. A esquerda confunde, porém, certas posturas racionais frente ao problema do distributivismo com posição reacionária, e acaba prestando serviços exclusivamente ao populismo".

No clima de festa e comício político que se criou com a chegada dos governadores Moreira Franco e Waldir Pires, da Bahia, a discussão propriamente dita sobre a democracia, a discussão perdeu-se. O governador baiano discorreu longamente sobre as misérias e dificuldades do Nordeste.

O seminário — cujos resultados serão publicados em livro — foi encerrado com palavras de agradecimento do governador Moreira Franco.